

[Important note: The following convenience translation is based on a machine translation. It has been prepared for information purposes. The machine translation has not been reviewed by Allianz. We do not assume any liability, either expressly or tacitly, for the preciseness, completeness or correctness of the translation. In case of deviations between the original text and this translation, the original text will be binding.]

PLANO DE FUSÃO TRANSFRONTEIRIÇA

entre

MULTIASSISTANCE S.A.

Entidade que

transfere e

MULTIASISTENCIA, S.A.U.

Entidade recetora

9 de abril de 2025

Conteúdo

PREÂMBULO	3
1. FUSÃO DE EMPRESAS (artigos 4, 39, 40, 84 e 102 RDL 5/2023 e artigo R.236-21 do Código Comercial francês)	6
2. TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS POR MEIO DE FUSÃO POR ABSORÇÃO	7
3. CALENDÁRIO INDICATIVO E EFICÁCIA DA OPERAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO	10
4. NÃO CONSIDERAÇÃO; NÃO AUDITORIA DE FUSÃO; NÃO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE FUSÃO (artigos 53.1 e 103.1 do RDL 5/2023 e dos artigos L.236-3, II 1º e L.236-11 do código comercial)	11
5. RELATÓRIO SOBRE A FUSÃO	11
6. DATA EFECTIVA DA CONCENTRAÇÃO; DATA DO BALANÇO DA CONCENTRAÇÃO; VALORIZAÇÃO DO PASSIVO ACTIVO E TRANSFERIDOS (artigos 40º, 43º, 44º e 53º do RDL) 5/2023 e artigos L.236-3, I, L.236-44 e R.236-4 do Código Comercial francês)	12
7. EFEITOS ESPERADOS SOBRE O EMPREGO NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NO PROJECTO FUSÃO (artigo 4.1.7º 5/2023 e artigo R.236-21, 11º e 12º da lei francesa de Código comercial	13
8. NÃO CONCESSÃO DE DIREITOS ESPECIAIS OU DE VANTAGENS ESPECIAIS (artigo 4.1.3º, 4.1.5º e 40.4º RDL 5/2023 e artigo R.236-21 do Código Comercial francês)	15
9. ESTATUTOS DE ASSOCIAÇÃO DA ENTIDADE RECEPTORA (artigo 40.2º RDL 5/2023) e artigo R.236-21, 10º do Código Comercial francês)	16
10. COLATERAL OFERECIDA AOS CREDITORES (art. 4.1.4º RDL 5/2023 e art. L.236-15 do Código Comercial francês)	16
11. REPRESENTAÇÕES DA ENTIDADE CEDENTE	17
12. REPRESENTAÇÕES DA ENTIDADE RECEPTORA	17
13. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE SEGURANÇA SOCIAL	18
14. REGIME FISCAL	18
15. DISPOSIÇÕES FINAIS	20

PROJECTO COMUM DE FUSÃO

TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE OS ABAIXO ASSINADOS:

1. **Multiassistance S.A.**, *sociedade anónima* de direito francês, com sede social em 19, rue Emmy Noether, 93400 Saint-Ouen-sur-Seine, França, inscrita no Registo Comercial de Bobigny sob o número 413 114 901 e titular do número de identificação fiscal espanhol (NIF) N2500712A,

a seguir designada por "**entidade cedente**",

E

2. **Multiasistencia, S.A.U.**, *sociedade anónima* de direito espanhol, com sede social em Madrid, Espanha, e domicílio social em Ronda De Poniente, 7, 28760 Tres Cantos, Madrid, inscrita no Registo Comercial de Madrid sob a folha M- 229242, tomo 13985, folha 1, identificador único de registo da sociedade (IRUS) 1000262299368, e com o número de identificação fiscal espanhol (NIF) A82261553,

a seguir designada por "**entidade recetora**".

A entidade cedente e a entidade beneficiária são a seguir designadas coletivamente "**Partes**" e cada uma separadamente por "**Parte**".

PREÂMBULO

- (A) Todos os membros dos órgãos de direção das partes tencionam fundir a entidade cedente na entidade beneficiária através de uma fusão intra-europeia e transfronteiriça por absorção (a "**fusão**").
- (B) A fusão faz parte de uma operação global destinada a reagrupar as empresas de serviços europeias do grupo Allianz Partners, a que pertencem a entidade cedente e a entidade beneficiária, numa única entidade jurídica com sede na Alemanha que geriria as actividades de serviços locais através de sucursais, tal como indicado no preâmbulo (C). A Fusão baseia-se em razões de natureza estratégica, de gestão financeira, de organização interna, de simplificação administrativa e de melhoria da estrutura operacional e permitirá a simplificação da organização jurídica do grupo Allianz Partners.

- (C) Logo que possível após a conclusão da fusão, a entidade beneficiária será fundida, entre outras empresas, com a AP Solutions GmbH, uma sociedade alemã de responsabilidade limitada pertencente ao grupo Allianz Partners (a "**primeira fusão subsequente**") e, logo que possível após conclusão da primeira fusão subsequente, a AP Solutions GmbH será fundida com a Allianz Partners Deutschland GmbH, uma sociedade alemã de responsabilidade limitada também pertencente ao grupo Allianz Partners (a "**segunda fusão subsequente**" e, juntamente com a primeira fusão subsequente, as "**fusões subsequentes**"). A entidade beneficiária abrirá, antes da entrada em vigor da fusão, uma sucursal em França. A AP Solutions GmbH tem uma sucursal em França (AP Solutions GmbH, com dois centros de negócios em Saint-Ouen-Sur-Seine e Le Mans) e uma sucursal em Espanha (AP Solutions GmbH, Sucursal en España). A Allianz Partners Deutschland GmbH tem uma sucursal em França (Allianz Partners Deutschland GmbH, com dois centros de negócios em Saint-Ouen-Sur-Seine e Le Mans) e uma sucursal em Espanha (Allianz Partners Deutschland GmbH, Sucursal en España). As partes têm como objetivo a conclusão das fusões subsequentes na mesma data, enquanto a segunda fusão subsequente estará sujeita à condição prévia de conclusão da primeira fusão subsequente.

Assim sendo:

- a. após a conclusão da fusão, os activos e passivos da entidade cedente serão transferidos para a entidade beneficiária (e imediatamente afectados à sucursal francesa da entidade beneficiária, que não está atualmente aberta, mas estará antes da aprovação da fusão pelo único acionista da entidade beneficiária) e, no caso de haver qualquer período intercalar entre a conclusão da fusão e a conclusão da primeira fusão subsequente, a sucursal francesa da entidade beneficiária deve, durante esse período intercalar, continuar a atividade inicialmente exercida pela entidade cedente;
- b. após a conclusão da primeira fusão subsequente, os activos e passivos da entidade cedente e da entidade beneficiária serão então transferidos para a AP Solutions GmbH (e atribuídos, respetivamente, à sucursal francesa da AP Solutions GmbH e à sucursal espanhola da AP Solutions GmbH) e, no caso de existir um período intercalar entre a conclusão da primeira fusão subsequente e a conclusão da segunda fusão subsequente, a sucursal francesa da AP Solutions GmbH e a sucursal espanhola da AP Solutions GmbH devem, respetivamente, durante esse período intercalar, continuar atividade inicialmente exercida pela entidade cedente e pela entidade beneficiária; e
- c. após a conclusão da segunda fusão subsequente, os activos e passivos da entidade cedente e da entidade beneficiária serão finalmente transferidos para a Allianz Partners Deutschland GmbH (e atribuídos, respetivamente, à sucursal francesa da Allianz Partners Deutschland GmbH e à sucursal espanhola da Allianz Partners Deutschland GmbH). A sucursal francesa da Allianz Partners Deutschland GmbH deve

prosseguirá a atividade inicialmente exercida pela entidade cedente e a sucursal espanhola da Allianz Partners Deutschland GmbH prosseguirá a atividade inicialmente exercida pela entidade beneficiária. A atividade transferida será então gerida pela Allianz Partners Deutschland GmbH.

De qualquer modo, para efeitos de clarificação, as fusões subsequentes são fusões independentes e diferentes da presente fusão.

- (D) A Fusão é uma fusão transfronteiriça intragrupo intraeuropeia e está a ser realizada em conformidade com as disposições legais aplicáveis em França e Espanha em aplicação da Diretiva (UE) 2019/2121 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, que altera a Diretiva (UE) 2017/1132 no que diz respeito às conversões, fusões e cisões transfronteiriças. Em França, a Fusão é implementada em conformidade com as disposições dos artigos L.236-1 e seguintes, bem como dos artigos R.236-1 e seguintes do Código Comercial francês. Em Espanha, a Fusão é implementada em conformidade com as disposições do Livro Um (Título I, Título II e Título III) do Real Decreto-Lei 5/2023, de 28 de junho de 2023, que adota e prorroga determinadas medidas em resposta às consequências económicas e sociais da guerra na Ucrânia, apoiando a reconstrução da ilha de La Palma e outras situações de vulnerabilidade; transpondo as diretivas da União Europeia sobre modificações estruturais das sociedades comerciais e a conciliação da vida familiar e profissional dos pais e cuidadores; e implementando e cumprindo a legislação da União Europeia (o "**RDL 5/2023**").
- (E) A partir de hoje e até à Data de Conclusão (conforme definido na Secção 3.2), todas as acções da Entidade Cedente são e serão diretamente detidas pela Entidade Recetora, sendo esta o único acionista da Entidade Cedente. Em virtude do acima exposto, serão aplicáveis as disposições do artigo L.236-11 do Código Comercial francês e do artigo 53.1 do RDL 5/2023 (absorção de uma sociedade detida a 100 %) e, dado que a Fusão será aprovada pelo único acionista da Entidade beneficiária para efeitos da lei espanhola, serão aplicáveis as disposições do artigo 9.1 do RDL 5/2023.

Todos os membros dos órgãos de administração da entidade contribuidora e da entidade beneficiária acordam no seguinte projeto comum de fusão (o "**projeto de fusão**"), que será submetido à aprovação do acionista único da entidade beneficiária para efeitos da legislação espanhola.

É DE O SEGUINTE:

1. FUSÃO DE EMPRESAS (artigos 4, 39, 40, 84 e 102 do RDL 5/2023 e artigo R.236-21 do Código Comercial francês)

1.1. Entidade que transfere

A Entidade cedente, Multiassistance S.A., é uma *societade anónima* francesa (*société anonyme*) constituída ao abrigo da lei francesa, com sede social em 19, rue Emmy Noether, 93400 Saint-Ouen-sur-Seine, França, registada no Registo Comercial e de Empresas de Bobigny sob o número 413 114 901 e detentora do número de identificação fiscal espanhol (NIF) N2500712A.

O capital social emitido da entidade cedente é de 48.494,10 euros, dividido em 323.294 acções ordinárias com um valor nominal de 0,15 euros cada. Todas as acções da entidade beneficiária estão totalmente realizadas e são detidas diretamente pela entidade beneficiária. A Entidade Cedente não emitiu, e compromete-se a não emitir antes da Data de Conclusão, quaisquer outros instrumentos financeiros para além das acções existentes na Entidade Cedente, tal como acima descrito.

De igual modo, a Entidade Cedente é o único acionista da PROMultiTRAVAUX S.A.S.U. (doravante designada por "**PROMultiTRAVAUX**"), uma sociedade anónima francesa simplificada (*société par actions simplifiée*) constituída ao abrigo da legislação francesa, com sede social em 19, rue Emmy Noether, 93400 Saint-Ouen-sur-Seine, França, inscrita no Registo Comercial e de Empresas de Bobigny sob o número 529 209 207 e titular do número de identificação fiscal espanhol (NIF) N2500714G. Para efeitos de esclarecimento, a PROMultiTRAVAUX não será absorvida por nenhuma das partes no âmbito desta operação de concentração.

1.2. Entidade recetora

A entidade beneficiária, Multiasistencia, S.A.U., é uma *societade anónima* espanhola constituída ao abrigo do direito espanhol, com sede social em Madrid, Espanha. A sua sede social está localizada em Ronda De Poniente, 7, 28760 Tres Cantos, Madrid. A Multiasistencia, S.A.U. está inscrita no Registo Comercial de Madrid sob o número M-229242, tomo 13985, folha 1, identificador único de registo da empresa (IRUS) 1000262299368 e possui o número de identificação fiscal espanhol (NIF) A82261553.

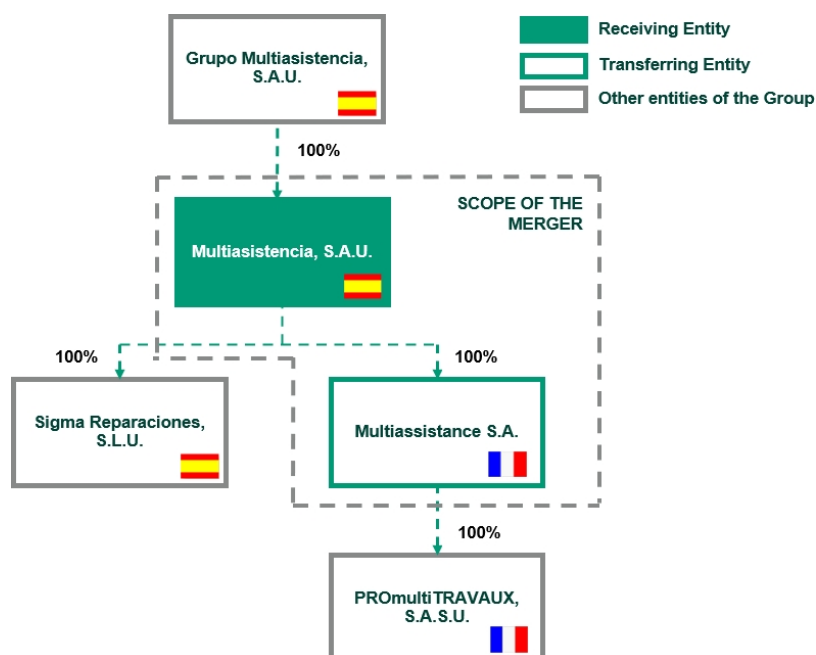
O capital social emitido da Entidade Recetora é de 292.939,42 euros, dividido em 45.305 acções nominativas de classe A e 3.437 acções nominativas de classe B (as acções de classe B não têm direito de voto), todas elas com um valor nominal de 6,01 euros cada. Todas as acções da Entidade Recetora são detidas diretamente pelo Grupo Multiasistencia, S.A.U., titular do número de identificação fiscal espanhol (NIF) A83830802, que é o único acionista da Entidade Recetora. A Entidade Recetora não tem

emitiu quaisquer outros instrumentos financeiros para além das acções da Entidade Recetora e o seu capital social está totalmente realizado.

De igual modo, declara-se que a Entidade Recetora é a única acionista da Entidade Cedente e da Sigma Reparaciones, S.L.U. (doravante designada por "**Sigma Reparaciones**"), uma *sociedade de responsabilidade limitada* de direito espanhol, com sede social em Madrid, Espanha. A sua sede social está situada em Ronda De Poniente, 7, 28760 Tres Cantos, Madrid. A Sigma Reparaciones está registada Registo Comercial de Madrid sob a página M-311568, volume 18025, folha 81, identificador único de registo da empresa (IRUS) 1000269288910 e possui o número de identificação fiscal espanhol (NIF) B83411132. Para efeitos de esclarecimento, a Sigma Reparaciones não será absorvida por nenhuma partes no âmbito da presente operação de concentração.

1.3. Gráfico do âmbito da operação de concentração

Inclui-se abaixo um quadro com o âmbito da fusão:



2. TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS POR MEIO DE FUSÃO POR ABSORÇÃO

2.1. Transferência de activos e passivos

A Entidade cedente, enquanto entidade cedente, é fundida na Entidade beneficiária, enquanto entidade beneficiária, através de uma fusão transfronteiriça intragrupo intra-europeia por absorção, em conformidade com as disposições do Livro Um (Título III) do RDL 5/2023 e dos artigos L.236-1 e L.236-

31 do Código Comercial francês. Com esta fusão, a entidade cedente transfere todos os seus activos e passivos (incluindo a participação de 100% na PROMultiTRAVAUX) como um todo, com todos os direitos e obrigações, para a entidade beneficiária por dissolução sem liquidação da entidade cedente, a ser imediatamente atribuída à sucursal francesa da entidade beneficiária. O ativo e o passivo da Entidade cedente em 31 de dezembro de 2024 são discriminados no balanço da Entidade cedente constante do **anexo 2.1**. Todos os elementos que compõem os activos e passivos transferidos na data de conclusão serão transferidos e afectados conforme descrito no preâmbulo (C), independentemente de serem ou não referidos no presente projeto de fusão e de serem ou não do conhecimento das partes.

Em conformidade com as disposições do artigo L.236-3 do Código Comercial francês, a entidade beneficiária assumirá todos os activos e passivos da entidade cedente no estado em que se encontram na data de conclusão. Quando a fusão entrar em vigor, a totalidade do ativo e do passivo (todos os activos e passivos) da entidade cedente é transferida para a entidade beneficiária por sucessão universal e imediatamente atribuída à sucursal francesa da entidade beneficiária. A atividade anteriormente exercida pela entidade cedente será pela entidade beneficiária (através da sua sucursal francesa) até à conclusão da primeira fusão subsequente, que será então prosseguida conforme descrito no preâmbulo (C).

2.2. Transferência de direitos e

obrigações A partir da data de

conclusão:

- (i) a entidade beneficiária será pessoalmente responsável, em vez da entidade cedente, pela execução ou cessação de todos os contratos, convenções, acordos e compromissos da entidade cedente; e
- (ii) a entidade cedente a entidade beneficiária em todos os direitos e obrigações que possam resultar dos referidos contratos, convenções, acordos e compromissos, bem como em todos os direitos, acções, hipotecas, ónus, garantias e garantias pessoais ou reais inerentes aos bens e créditos transferidos para a entidade beneficiária em resultado da fusão.

A entidade beneficiária será devedora dos credores da entidade contribuidora, substituindo esta última, sem que esta substituição implique uma novação em relação aos credores. A entidade beneficiária será responsável por todos os passivos que onerem os bens, direitos e valores transferidos ao abrigo do projeto de fusão, tal como existem na data de conclusão. Especifica-se que qualquer montante do passivo relativo à entidade cedente não constitui uma admissão de dívidas a favor dos alegados credores, que devem, em todos os casos, ser obrigados a estabelecer os seus direitos e a apresentar provas dos seus créditos.

A entidade beneficiária assumirá as responsabilidades da entidade cedente, mesmo que não estejam . A entidade beneficiária fica igualmente obrigada, nas mesmas condições, a cumprir todos os compromissos em termos de fianças, avales e garantias assumidos pela entidade cedente e beneficiará de todas as contragarantias com eles relacionadas, caso seja chamada a cumprir esses compromissos de garantia.

A entidade beneficiária suportará e pagará todos os impostos, contribuições, rendas, prémios, contribuições para seguros e, em geral, todos os encargos que onerem ou possam onerar os bens, direitos e valores transferidos pela entidade transmitente.

A entidade beneficiária tem todos os poderes para prosseguir, iniciar ou pôr termo a todas as acções e transacções legais relativas aos bens, direitos e valores mobiliários da entidade cedente, tomar todas as decisões, receber ou pagar todas as quantias devidas em resultado de decisões ou transacções legais.

A Entidade Recetora será pessoalmente responsável pela obtenção de todas as licenças, alvarás, aprovações, autorizações e outras autorizações que possam ser necessárias para o exercício das actividades ou exploração de qualquer instalação incluída nos activos e passivos transferidos da Entidade Cedente, por sua conta e risco, e cumprirá as leis, decretos, ordens e regulamentos aplicáveis a essas actividades.

A entidade beneficiária assegurará a cobrança efectiva de todos os créditos devidos à entidade transferidora, incluindo os que tiveram origem antes da data de conclusão.

No que respeita às marcas registadas e aos nomes de domínio e outros direitos de propriedade intelectual ou industrial relativos à entidade cedente, a entidade beneficiária será a única proprietária dos mesmos e de todos os direitos conexos a partir da data de conclusão.

2.3. Compromissos da entidade cedente

A Entidade Cedente compromete-se, até à Data de Conclusão, a continuar a exercer as suas actividades, de forma prudente e razoável, e a não fazer nada, ou a não permitir que nada seja feito, que possa resultar na sua depreciação. Além disso, até à data de conclusão, a entidade cedente compromete-se a não realizar qualquer ato de alienação dos seus activos, exceto no que se refere às operações empresariais correntes, sem o consentimento da entidade beneficiária, e a não contrair qualquer empréstimo excecional sem o mesmo consentimento, de modo a não afetar os valores acordados da fusão com base nos quais foram estabelecidas as bases financeiras da fusão.

A entidade cedente compromete-se a efetuar, em tempo útil e sempre que necessário, as diligências necessárias com vista à transferência dos contratos cujo benefício não possa ser efetivamente transferido para a entidade beneficiária a não ser por via de acordo, novação ou obtenção da

consentimento da parte ou empresa co-contratante. No caso de a entidade transferidora não poder transferir um contrato em conformidade com o disposto no presente número, nomeadamente por não ter sido possível obter o consentimento do terceiro co-contratante antes da data de conclusão, a ausência desse consentimento não impedirá a conclusão da fusão.

A entidade cedente compromete-se a fornecer à entidade beneficiária todas as informações de que esta última possa necessitar, a fornecer-lhe todas as assinaturas necessárias e a prestar-lhe a assistência de que esta possa necessitar para garantir que os bens e direitos lhe são transferidos e que o presente projeto de fusão é plenamente oponível a terceiros.

A entidade cedente deve, nomeadamente, a pedido da entidade beneficiária, mandar lavrar todos os actos complementares, reiterativos ou confirmativos da presente fusão e fornecer todas as justificações e assinaturas que venham a ser posteriormente necessárias.

A Entidade cedente compromete-se a entregar à Entidade beneficiária, imediatamente após a data de conclusão (tal como definida abaixo), todos os bens e direitos acima referidos, bem como todos os títulos e documentos de qualquer tipo com eles relacionados.

3. CALENDÁRIO INDICATIVO E EFICÁCIA DA OPERAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO

- 3.1 Em conformidade com o artigo 4.1.2º do RDL 5/2023, a reorganização empresarial proposta é uma fusão transfronteiras intra-europeia intragrupo, tal como descrito na Secção 2 do presente projeto de fusão. Um calendário provisório e não vinculativo para a fusão é anexado ao plano de fusão como **Anexo 3**. Qualquer desvio em relação a este calendário indicativo não terá qualquer efeito sobre a eficácia do presente projeto de fusão e não dará origem a quaisquer direitos para qualquer das partes.
- 3.2 A Fusão torna-se efectiva nos termos do artigo 106.1 do RDL 5/2023 após o registo no Registo Comercial de Madrid (a "**Data de Conclusão**"). Após o registo da Fusão no Registo Comercial de Madrid, a Entidade cedente deixará de existir, os seus activos e passivos serão transferidos para a Entidade recetora (e imediatamente atribuídos à sucursal francesa da Entidade recetora) como um todo sem liquidação e as suas acções serão canceladas.
- 3.3 Na data de conclusão, a posse de todos os instrumentos de propriedade, acordos, certificados e outros documentos, registos, livros ou fichas relativos aos bens e direitos da entidade cedente será transferida para a entidade beneficiária (e imediatamente atribuída à sucursal francesa da entidade beneficiária), em conformidade com as disposições da Secção 2.

4. **SEM CONSIDERAÇÃO; SEM AUDITORIA DE FUSÃO; SEM RELATÓRIO DE AUDITORIA DE FUSÃO (n.º 1 do artigo 53.**

e 103.1 RDL 5/2023 e artigos L.236-3, II 1º e L.236-11 do Código Comercial francês)

- 4.1 A Entidade que transfere é uma subsidiária direta a 100% da Entidade recetora. Por conseguinte, não serão emitidas quaisquer acções pela entidade recetora. Consequentemente, nenhum aumento do capital social da Entidade Recetora através da emissão de novas acções é necessário para a implementação da Fusão e não terá lugar (artigo 53.1.3º RDL 5/2023 e artigo L.236-3, II 1º do Código Comercial francês).
- 4.2 Uma vez que todas as acções da Entidade Cedente são total e diretamente detidas pela Entidade Recetora e que não haverá troca de acções da Entidade Recetora por acções da Entidade Cedente, em conformidade com o artigo 53.1.1º RDL 5/2023 e o artigo L.236-3, II 1º do Código Comercial francês, este Projeto de Fusão não inclui, consequentemente, qualquer informação sobre uma relação de troca de acções (artigo 40.3º RDL 5/2023 e artigo L.236-3, II 1º do Código Comercial Francês), nem prevê uma transferência de novas acções na Entidade Recetora (artigo 40.3º RDL 5/2023), uma participação nos lucros de novas acções (artigo 40.5º RDL 5/2023) ou uma compensação em dinheiro (artigos 4.1.6º e 40.3º RDL 5/2023), uma vez que não existem acionistas com o direito de vender as suas acções.
- 4.3 Uma vez que todas as acções da entidade cedente são, e serão até à data de conclusão, total e diretamente detidas pela entidade beneficiária, para efeitos da lei francesa, não é exigida uma auditoria da fusão por um avaliador independente (*commissaire à la fusion*) e um relatório de auditoria da fusão nos termos do artigo L.236-11 do Código Comercial francês.
- 4.4 Nos termos da legislação espanhola, o relatório de auditoria da fusão (*informe de experto independiente*) não é exigido nos termos (i) do artigo 53.1.2º do RDL 5/2023, uma vez que Entidade Beneficiária é o único acionista da Entidade Transmissora e (ii) dos artigos 6.7 e 103.1 do RDL 5/2023, uma vez que o único acionista da Entidade Beneficiária dispensará - na medida do legalmente exigido - o relatório de auditoria da fusão sobre o Plano de Fusão referido nos artigos 6 e 41 do RDL 5/2023 e artigos conexos.

5. **RELATÓRIO DE FUSÃO**

- 5.1 Nos termos do artigo L.236-36 do Código Comercial francês, um relatório de fusão elaborado pelo Conselho de Administração da entidade cedente será colocado à disposição da entidade beneficiária, na sua qualidade de acionista único da entidade cedente.
- 5.2 Nos termos da legislação espanhola, uma vez que a entidade beneficiária detém 100% das acções da entidade cedente e o único acionista da entidade beneficiária aprovará a fusão por unanimidade, não é necessário um relatório de fusão para o único acionista das partes, nos termos dos artigos 9.1 e 53.1.2º RDL 5/2023.

- 5.3 O relatório de fusão para os trabalhadores foi elaborado em conformidade com os artigos 5, 9.2 e 85 do RDL 5/2023 e com os artigos L.236-36 e R.236-24 do Código Comercial francês. O relatório de fusão para os trabalhadores será disponibilizado aos representantes dos trabalhadores (*conselhos de empresa e delegados de pessoal*) da entidade beneficiária, bem como aos representantes dos trabalhadores (*comité social e económico*) da entidade cedente, juntamente com um projeto do presente projeto de fusão.

6. DATA EFECTIVA DA FUSÃO; DATA DO BALANÇO DA FUSÃO; VALORIZAÇÃO ACTIVOS E PASSIVOS TRANSFERIDOS (artigos 40º, 43º, 44º e 53º do RDL 5/2023 e artigos L.236-3, I, L.236-44 e R.236-4 do Código Comercial francês)

- 6.1. A aquisição dos activos da Entidade cedente pela Entidade recetora terá lugar após a inscrição da Fusão no Registo Comercial de Madrid (ou seja, na Data de Conclusão) e, para efeitos contabilísticos entre as Partes, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025. A partir desta data, todas as acções e operações da Entidade cedente serão consideradas como tendo sido realizadas por conta da Entidade recetora (data efectiva de contabilização da fusão na aceção do artigo 40.6º do RDL 5/2023 e da regra contabilística e de avaliação número 21 do Regulamento Geral de Contabilidade espanhol (Real Decreto n.º 1514/2007 de 16 de novembro de 2007) e do artigo L.236-44 do Código Comercial francês).
- 6.2. A data de transferência e aquisição para efeitos fiscais em Espanha é 1 de janeiro de 2025.
- 6.3. A data de transferência e aquisição para efeitos fiscais franceses é a data de abertura do primeiro exercício financeiro da sucursal francesa da entidade beneficiária (ainda não conhecida à data do presente documento), em conformidade com as regras estabelecidas na doutrina administrativa com a referência BOI-IS-FUS- 40-10-20, 3 de outubro de 2018, n.º 75.
- 6.4. A data dos balanços da Entidade beneficiária e da Entidade cedente, que utilizados como balanços de fusão, é 31 de dezembro de 2024 (artigos 40.8º e 43 RDL 5/2023 e artigo R.236-21 9º do Código Comercial francês), sujeita às regras de avaliação fiscal francesa.
- 6.5. Do mesmo modo, em conformidade com as disposições do artigo 44.º do RDL 5/2023, declara-se que a entidade beneficiária é obrigada a submeter as suas contas anuais à verificação de um auditor, pelo que o seu balanço de fusão será verificado pelo auditor da entidade beneficiária.
- 6.6. Para a transferência, os activos e os passivos da Entidade Cedente são avaliados pelo valor contabilístico na data efectiva da Fusão, tal como previsto no Capítulo IV do Título VII do Livro II do Regulamento n.º 2014-03 do organismo de normalização contabilística (*Autorité des Normes Comptables*) (tal como atualizado pelo Regulamento n.º 2017-01 de 5 de maio de 2017 e pelo Regulamento n.º 2019-06 de 8 de novembro de 2019). Do ponto de vista fiscal francês, o valor contabilístico que será utilizado é o do

activos e passivos à data de produção de efeitos fiscais da fusão (ou seja, a data de abertura da sucursal francesa da entidade beneficiária).

- 6.7. Para efeitos dos artigos 40.7º e 53.1.1º do RDL 5/2023, nos termos da legislação espanhola, não é necessário incluir no projeto de fusão informações relativas à avaliação dos activos e passivos da entidade cedente que serão transferidos para a entidade beneficiária.
- 6.8. Não obstante o que precede, nos termos da legislação francesa, para efeitos do presente documento, o termo "activos" significa, em geral, todos os activos relativos à Entidade cedente, tal como existiam em 31 de dezembro de 2024 e tal como serão modificados, reduzidos ou aumentados, até à Data de Conclusão (em conformidade com as disposições da Secção 2).
- 6.9. A entidade beneficiária assumirá todas as responsabilidades relativas à entidade cedente (em conformidade com as disposições da Secção 2).
- 6.10. Em 31 de dezembro de 2024, os activos líquidos da Entidade Cedente transferidos para a Entidade Recetora, conforme detalhado no **Anexo 2.1** e correspondentes à diferença entre os activos transferidos e os passivos transferidos, ascendiam a:

Total do ativo	34.598.977 EUROS
Total do passivo	24.934.048 EUROS
	=====
Activos ninhos transferidos	9.664.929 EUROS

7. EFEITOS ESPERADOS SOBRE O EMPREGO NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NO PROJECTO FUSÃO (artigo 4.1.7º RDL 5/2023 e artigo R.236-21, 11º e 12º do Código Comercial francês)

Após a conclusão da fusão, a entidade beneficiária fundir-se-á na AP Solutions GmbH, que por sua vez se fundirá na Allianz Partners Deutschland GmbH (as subseqüentes fusões, tal como definidas no preâmbulo (C) supra). As partes pretendem concluir as subseqüentes fusões pouco tempo depois de a fusão ser registada no Registo Comercial de Madrid. Deve notar-se, contudo, que a fusão, a primeira fusão subseqüente e a segunda fusão subseqüente são fusões juridicamente distintas.

7.1. Efeitos da fusão sobre os trabalhadores da entidade que transfere a propriedade

A Entidade que transfere tinha 39 trabalhadores empregados em França a 28 de fevereiro de 2025. Prevê-se que o número de trabalhadores não sofra alterações significativas na altura em que a fusão se tornar efectiva. Em conformidade com a legislação aplicável, a entidade beneficiária elegeu um órgão representativo do pessoal, o *comité social* e económico (*comité social et économique*) sem prerrogativas de consulta.

De acordo com o artigo L.1224-1 do Código do Trabalho francês, a Fusão da Entidade Cedente resultará na transferência de todos os direitos e obrigações decorrentes dos contratos de trabalho dos trabalhadores da Entidade Cedente para a Entidade Recetora (e imediatamente afectados à sucursal francesa da Entidade Recetora). Com a entrada em vigor da fusão, todas as relações laborais entidade cedente, com todos os seus direitos e obrigações, são, portanto, automaticamente transferidas para a entidade beneficiária (e imediatamente atribuídas à sucursal francesa da entidade beneficiária). As disposições contratuais individuais, bem como outros acordos empresariais, compromissos, regulamentos e direitos adquiridos continuarão a aplicar-se inalterados aos trabalhadores transferidos, sujeitos à regulamentação aplicável. Não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reorganizações no âmbito da fusão. Os acordos de trabalho ou as convenções colectivas de trabalho aplicáveis na entidade recetora em Espanha não se aplicarão às relações de trabalho francesas dos trabalhadores da entidade cedente após a fusão. A entidade beneficiária será responsável, sem limitações, por todas as responsabilidades, incluindo os pagamentos em atraso, decorrentes das relações de trabalho transferidas a partir do momento da transferência da atividade (ou seja, o momento em que a fusão produz efeitos), nos termos do artigo 44.º da Lei do Trabalho espanhola (*Estatuto de los Trabajadores*) e do artigo L.1224-2 do Código do Trabalho francês. A entidade cedente deixa de ser responsável, uma vez que deixa de existir, nos termos do artigo 44º do Estatuto do Trabalho espanhol e do artigo L.236-3, I do Código Comercial francês. Em conformidade com o preâmbulo (C), a sucursal francesa da entidade beneficiária prosseguirá a atividade da entidade cedente. Quando a primeira fusão subsequente se tornar efectiva, os trabalhadores da entidade cedente serão afectados à atividade na sucursal francesa da AP Solutions GmbH e, quando a segunda fusão subsequente se tornar efectiva, à sucursal francesa da Allianz Partners Deutschland GmbH.

As actividades comerciais da entidade cedente não serão alteradas devido à fusão. Nenhuma atividade ou parte da atividade da entidade cedente será alterada, restringida ou transferida em termos organizacionais no decurso da fusão. O local de trabalho dos trabalhadores da entidade cedente manter-se-á inalterado e estes continuarão a exercer as suas actividades da mesma forma que antes da fusão. A Fusão não tem qualquer efeito sobre os trabalhadores da entidade contribuidora e as suas relações laborais (exceto no que se refere à mudança de empregador).

7.2. Efeitos da fusão sobre os trabalhadores da entidade beneficiária

A entidade beneficiária empregava um número total de 891 trabalhadores em Espanha em 28 de fevereiro de 2025. Espera-se que o número de trabalhadores não se altere significativamente na altura em que a Fusão se tornar efectiva.

Existem dois conselhos de empresa (centros de trabalho em Madrid e Sevilha) e outros representantes dos trabalhadores (centros de trabalho em Barcelona e Bilbao) que não serão afectados pela concentração.

As actividades comerciais da entidade recetora não serão alteradas devido à fusão. Nenhuma atividade ou parte da atividade da entidade recetora será alterada, restringida ou transferida em termos organizacionais em resultado da fusão.

As disposições contratuais individuais, bem como outros acordos, compromissos, regulamentos e direitos adquiridos da empresa continuarão a ser aplicáveis sem alterações.

Por último, não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reestruturações relacionadas com a fusão.

Uma vez que a fusão não resultará na criação de uma sociedade europeia, não será aplicável a Lei 31/2006, de 18 de outubro de 2006, relativa ao envolvimento dos trabalhadores nas sociedades anónimas europeias e nas sociedades cooperativas europeias.

8. **NÃO CONCESSÃO DE DIREITOS ESPECIAIS OU DE VANTAGENS ESPECIAIS (artigo 4.1.3º, 4.1.5º) e 40.4º RDL 5/2023 e artigo R.236-21 do Código Comercial francês)**

- 8.1. A entidade beneficiária não concede aos acionistas das sociedades envolvidas na fusão nem aos titulares de títulos que não sejam acções da sociedade quaisquer direitos na aceção do artigo 4.1.3º do RDL 5/2023 ou do artigo R.236-21 6º do Código Comercial francês e não são propostas quaisquer medidas na aceção destas disposições.
- 8.2. Não foram ou serão concedidos quaisquer benefícios especiais na aceção do artigo 4.1.5º do RDL 5/2023 ou do artigo R.236-21 7º do Código Comercial francês a quaisquer membros dos órgãos de administração, gestão, supervisão ou controlo da Entidade cedente ou da Entidade beneficiária.
- 8.3. Para efeitos do artigo 40.4º do RDL 5/2023, verifica-se que não existem contribuições laborais (*aportaciones de industria*) nem contribuições acessórias (*prestaciones accesorias*) na entidade cedente. Por conseguinte, não será oferecida qualquer compensação a este respeito.

9. ESTATUTOS DE ASSOCIAÇÃO DA ENTIDADE RECEPTORA (artigo 40.2º RDL 5/2023 e artigo R.236-21, 10º do Código Comercial francês)

Os estatutos da entidade beneficiária são anexados ao presente projeto de fusão como **anexo 9**, nos termos do artigo R.236-21 10º do Código Comercial francês, e fazem parte integrante do projeto de fusão. Os estatutos da entidade beneficiária não serão alterados em consequência da fusão e continuarão a ser os mesmos que constam do **anexo 9** após a conclusão da fusão.

10. COLATERAL OFERECIDA AOS CREDITORES (artigo 4.1.4º RDL 5/2023 e artigo L.236-15 do Código Comercial francês)

- 10.1. Não foi oferecida qualquer garantia aos credores no âmbito da fusão, uma vez que, na opinião dos membros dos órgãos de direção das partes, os requisitos para exigir garantias não se aplicam a quaisquer credores da entidade cedente com base na sólida situação financeira, solvência e liquidez da entidade beneficiária. Os eventuais direitos legais dos credores das Partes de exigir garantias não são afectados.
- 10.2. Nos termos da legislação espanhola, para efeitos do artigo 4.1.4º do RDL 5/2023, verifica-se que a Fusão não terá qualquer impacto sobre os credores da Entidade Recetora, para além do facto de os credores da Entidade Cedente passarem a ser credores da Entidade Recetora e da transferência dos activos e passivos por sucessão universal da Entidade Cedente para a Entidade Recetora. Por conseguinte, não se considera necessário prestar uma garantia pessoal ou real para além das que, se for caso disso, possam já ter sido concedidas aos credores.
- 10.3. Nos termos do artigo L.236-15 do Código Comercial francês, a entidade beneficiária torna-se o novo devedor dos credores da entidade cedente, sem que esta substituição implique uma novação em relação aos credores.
- 10.4. Os credores da entidade cedente podem apresentar uma oposição nas condições previstas em L.236-15 do Código Comercial francês. Qualquer oposição deve ser apresentada no Registo Comercial e das Sociedades de Bobigny.
- 10.5. Qualquer objecção levantada por um credor não terá como efeito impedir a realização da fusão em conformidade com as disposições legais.
- 10.6. O presente projeto de fusão será publicado em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis e estará sujeito às medidas de publicação previstas nas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de modo que (i) o prazo concedido aos credores para apresentarem uma objecção na sequência dessa publicação expirará no final do período de objecção de três meses previsto no artigo R.236-34 da

Código Comercial francês e (ii) os credores da entidade cedente são autorizados a intentar uma ação no Registo Comercial de Bobigny no prazo de dois anos após a data de conclusão.

11. **REPRESENTAÇÕES DA ENTIDADE QUE EFECTUA A TRANSFERÊNCIA**

A Entidade que transfere representa que:

- (i) foi validamente constituída e existe validamente em conformidade com as leis e regulamentos que lhe são aplicáveis;
- (ii) nunca esteve e não está em estado de insolvência, nunca esteve e não está sujeita a qualquer procedimento de salvaguarda (incluindo salvaguarda acelerada), recuperação ou liquidação judicial, falência ou qualquer outro procedimento semelhante, incluindo qualquer procedimento ou medida de prevenção e resolução amigável de dificuldades empresariais e, em geral, tem plena capacidade para dispor dos seus direitos e bens;
- (iii) este Plano de Fusão e a realização das transacções nele previstas validamente autorizados, na medida do necessário, por todos os órgãos sociais competentes da Entidade Cedente e este Plano de Fusão constitui um compromisso legal, válido e executório da Entidade Cedente, vinculando-a em conformidade com as suas disposições.

12. **REPRESENTAÇÕES DA ENTIDADE RECEPTORA**

A Entidade Recetora declara que:

- (i) foi validamente constituída e existe validamente em conformidade com as leis e regulamentos que lhe são aplicáveis;
- (ii) nunca esteve e não está em estado de insolvência, nunca esteve e não está sujeita a qualquer processo de salvaguarda (incluindo salvaguarda acelerada), recuperação ou liquidação judicial, falência ou qualquer outro processo semelhante, incluindo qualquer processo ou medida de prevenção e resolução amigável de dificuldades empresariais e, em geral, tem plena capacidade para dispor dos seus direitos e bens; e
- (iii) este projeto de fusão e a realização das operações nele previstas validamente autorizados, na medida do necessário, por todos os órgãos sociais competentes da entidade beneficiária e este projeto de fusão constitui um compromisso legal, válido e executório da entidade beneficiária, que a vincula em conformidade com as suas disposições.

13. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE SEGURANÇA SOCIAL

Para efeitos do artigo 40.9º do RDL 5/2023, os certificados emitidos pela *Agência Estatal de Administração Tributária (Agencia Estatal de Administración Tributaria)* e pela *Tesouraria Geral da Segurança Social (Tesorería General de la Seguridad Social)* que certificam que a Entidade Beneficiária está em dia com as suas obrigações fiscais e de segurança social constam **do Anexo 13**.

14. REGIME FISCAL

- 14.1. A fusão será realizada ao abrigo do regime especial de neutralidade fiscal previsto no Capítulo VII do Título VII da Lei espanhola n.º 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, e uma vez executada será comunicada às autoridades fiscais espanholas em conformidade com o artigo 89.1 da referida lei.
- 14.2. Para o efeito, os membros dos órgãos de direção das partes declaram que existem razões económicas válidas para a realização da fusão, que são indicadas no preâmbulo (B) do presente projeto de fusão.
- 14.3. A entidade beneficiária declara que (i) a sua sucursal francesa (a abrir antes da aprovação da fusão pelo único acionista da entidade beneficiária) estará sujeita ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas em França e (ii) todos os activos e passivos a transferir e atualmente registados ao nível da entidade contribuidora serão atribuídos (para efeitos fiscais) à sucursal francesa da entidade beneficiária.
- 14.4. Em conformidade com o artigo 210.º-A do Código Fiscal francês, que prevê um regime neutro em termos fiscais para as fusões, a entidade beneficiária (actuando através da sucursal francesa da entidade beneficiária) compromete-se a, quando relevante:
 - (i) em conformidade com o artigo 210 A-3a do Código Fiscal francês, assumir no seu passivo, por um lado, as provisões que estão sujeitas a uma tributação diferida ao nível da Entidade cedente e que não se tornaram sem objeto em resultado da transferência e, por outro lado, a reserva especial para mais-valias a longo prazo sujeitas a imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas à taxa reduzida de 10%, 15%, 18%, 19% ou 25%, bem a reserva contabilizada relativamente a provisões para variações de divisas em conformidade com o sexto parágrafo do artigo 39, 1-5º do Código Fiscal francês;
 - (ii) em conformidade com o artigo 210 A-3b do Código Fiscal francês, substituir-se à Entidade cedente para adicionar quaisquer resultados que possam ter sido sujeitos a uma tributação diferida ao nível da Entidade cedente;

- (iii) em conformidade com o artigo 210 A-3c do Código Fiscal francês, calcular as mais-valias realizadas posteriormente no momento da venda de quaisquer activos fixos não depreciables que lhe tenham sido transferidos, com base no valor que tinham para efeitos fiscais nas contas da Entidade cedente;
- (iv) em conformidade com o artigo 210.º A-3d do Código Fiscal francês, adicionar, em partes iguais, aos seus lucros sujeitos ao imposto sobre as sociedades francês (durante 15 anos para os edifícios, direitos relativos a estes edifícios, equipamentos e acessórios de terrenos amortizáveis durante um período pelo menos igual a 15 anos, e 5 anos nos outros casos), as mais-valias realizadas no momento da fusão sobre os activos amortizáveis da entidade contribuidora. No entanto, a venda de um ativo amortizável implica a tributação imediata da fração da mais-valia relativa a esse ativo que possa ainda não ter sido reintegrada na data dessa venda. Em contrapartida, as amortizações e mais-valias subsequentes são calculadas de acordo com o valor que lhes foi atribuído no momento da entrada (se for caso disso). A partir do exercício fiscal durante o qual a entidade beneficiária deduz do seu rendimento tributável, em aplicação do artigo 39(1)(2º), terceiro travessão, do Código Fiscal francês, a depreciação de um fundo de comércio registado nas suas contas, esse fundo de comércio é abrangido por esta alínea iv); quando esse fundo de comércio não origem a uma depreciação deduzida do rendimento tributável, é abrangido pela iii); e
- (v) em conformidade com o artigo 210 A-3e do Código Fiscal francês, registar no seu balanço os elementos que não sejam imobilizações pelo valor que tinham, para efeitos fiscais, nas contas da entidade contribuidora ou, se for caso disso, incluir nos resultados exercício durante o qual ocorre a fusão, o lucro correspondente à diferença entre o novo valor destes elementos e o valor que tinham, para efeitos fiscais, nas contas da entidade contribuidora.

14.5. A entidade recetora (actuando através da sucursal francesa da entidade recetora) irá:

- (i) apresentar os documentos referidos no artigo 54.º, n.º 1, do Código Fiscal francês, elaborados de acordo com o modelo fornecido pelas autoridades fiscais francesas; e
- (ii) preencher e colocar à disposição das autoridades fiscais francesas o registo referido no artigo 54.º, n.º 2, do Código Fiscal francês.

14.6. Uma vez que a fusão é efectuada com base no valor contabilístico líquido dos bens transferidos, as inscrições no balanço fiscal da entidade beneficiária relativas a estes bens serão mantidas, se for caso disso, pela entidade beneficiária (por intermédio da sucursal francesa da entidade beneficiária), discriminando os valores originais, as amortizações e as provisões que figuram no balanço fiscal da entidade beneficiária.

Contas da entidade em conformidade com as regras estabelecidas na doutrina administrativa com a referência BOI-IS-FUS-30-20, 15 de abril de 2020, n.º 10.

14.7. A entidade recetora (actuando através da sucursal francesa da entidade recetora) deve:

- (i) anexar às declarações de rendimentos da sucursal francesa da entidade beneficiária as declarações de acompanhamento do valor fiscal referidas no artigo 54º sétimo I do Código Fiscal francês e no artigo 38º quinquies do Anexo III do Código Fiscal francês, elaboradas em conformidade com o formulário fornecido pelas autoridades fiscais; e
- (ii) manter à disposição da administração fiscal o registo previsto no artigo 54.º, n.º 2, do Código Fiscal francês.

14.8. A entidade transferidora deve:

- (i) anexar à sua declaração de rendimentos do exercício de 2024 o documento referido no artigo 54º sétimo I do Código Fiscal francês e no artigo 38º quinquies do Anexo III do Código Fiscal francês, elaborado em conformidade com o formulário fornecido pelas autoridades fiscais; e
- (ii) anexar à sua última declaração a declaração específica (formulário nº2260) referida no IV do artigo 210- 0 A do Código Fiscal francês, bem como no artigo 46 I-0 ZS ter do Anexo III do Código Fiscal francês.

15. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Se qualquer disposição do presente plano de concentração for ou se tornar inválida, impraticável ou inaplicável, tal não afectará a validade das restantes disposições. Pelo contrário, as partes comprometem-se a substituir a disposição inválida, impraticável ou inaplicável por uma disposição que se aproxime o mais possível, do ponto de vista jurídico, da intenção económica das partes em termos do significado e do objetivo da disposição inválida, impraticável ou inaplicável.

15.2. O local exclusivo de cumprimento e a jurisdição para todas as reivindicações decorrentes ou relacionadas com este projeto de fusão é - na medida em que tal seja legalmente permitido - Madrid, Espanha. Cada uma das empresas envolvidas na fusão respeitará igualmente as disposições e formalidades da legislação nacional que lhe é aplicável.

[*Páginas de assinatura*]

ANEXO 2.1
BALANÇO DA ENTIDADE CEDENTE COM DATA DE 31 DE
DEZEMBRO DE 2024

BALANÇO - ACTIVOS

Conveniência Conversão

Activos	De 01/01/2024 a 31/12/2024			Em 31/12/2023
	Bruto	Depr. e	Líquido	Líquido
Capital subscrito não liberado				
Activos fixos				
Activos fixos intangíveis				
Custos de arranque	111 547	111 547		
Custos de desenvolvimento	157 245	147 049	10 196	21 049
Concessões, patentes e direitos similares				
Fundo de comércio				
Outros activos intangíveis				
Conta a receber sobre activos fixos intangíveis				
Activos fixos tangíveis				
Terrenos e edifícios				
Construções				
Instalações, máquinas e equipamentos	39 995	32 826	7 169	12 546
Outras imobilizações corpóreas				
Imobilizações corpóreas em curso				
Contas a receber				
Imobilizações financeiras				
Participações no capital				
Outros				
Empréstimos a filiais e associadas	25 000		25 000	25 000
Investimentos a longo prazo em empresas em carteira				
Outras imobilizações financeiras				
Empréstimos				
Outros	63 098		63 098	63 458
ACTIVOS FIXOS	396 885	291 422	105 463	122 052
Activos correntes				
Existências e trabalhos em curso				
Matérias-primas e outros fornecimentos				
Trabalhos em curso de produção:				
- Bens	2 571 009		2 571 009	2 617 219
- Serviços				
Produtos intermédios e acabados				
Bens				
Contas a receber pagas por encomenda				
Contas a receber				
Contas comerciais				
Outros	2 886 155		2 886 155	2 913 637
Capital subscrito e liberado, não pago	28 943 143	1 070 767	27 872 376	25 142 204
Títulos negociáveis				
Acções próprias				
Outros títulos				
Instrumentos de tesouraria				
Disponibilidades	1 140 445		1 140 445	964 003
Despesas diferidas	23 528		23 528	11 513
ACTIVOS CORRENTES	35 564 281	1 070 767	34 493 514	31 648 577
Despesas diferidas de emissão de empréstimos				
Prémios de reembolso de obrigações				
Ajustamentos de conversão de activos				
TOTAL DO ACTIVO	35 961 166	1 362 189	34 598 977	31 770 629

BALANÇO - PASSIVO**Conveniência Conversão**

Passivo	A partir de 01/01/2024	A partir de 01/01/2023
	Em 31/12/2024	Em 31/12/2023
Capital próprio dos acionistas		
Capital social ou individual (dos quais) 48 494	48 494	48 494
Prêmio de emissão, prêmio de fusão, prêmio de contribuição	1 516 400	1 516 400
Desvio de reavaliação		
Diferenças de reavaliação		
Reservas		
- Jurídico	4 850	4 850
- Estatutário ou contratual		
- Regulamentado		
- Outros		
Resultados transitados		
Lucro ou perda do exercício	8 077 685	1 708 833
Subvenções ao investimento		
Disposições regulamentadas		
CAPITAL PRÓPRIO DOS ACCIONISTAS	9 647 429	3 278 576
Outras participações		
Produto da emissão de acções remíveis Adiantamentos condicionais		
Outros		
OUTROS CAPITAIS PRÓPRIOS		
Provisões para riscos e encargos		
- Riscos	17 500	17 500
Provisões para :		
- Cargas		
PROVISÕES PARA PASSIVOS E ENCARGOS	17 500	17 500
Empréstimos concedidos e contraídos		
Empréstimos obrigacionistas convertíveis		
Outros empréstimos obrigacionistas	32	
- Com os bancos	3 114 641	3 231 842
Empréstimos contraídos e dívidas :	14 896 255	19 725 826
- Outros	1 860 169	1 422 142
Adiantamentos e depósitos recebidos sobre encomendas		76
- Fornecedores e contas conexas		
Dívidas :	5 062 951	4 094 666
- Impostos e segurança social		
- Sobre activos fixos e contas conexas		
Outros passivos		
Instrumentos de caixa Rendimento diferido		
EMPRÉSTIMOS E DÍVIDAS	24 934 048	28 474 553
Ajustamento de conversão do passivo		
TOTAL DO PASSIVO	34 598 977	31 770 629

ANEXO 3
CALENDÁRIO INDICATIVO DA
FUSÃO

O calendário indicativo e não vinculativo da operação de concentração é, na opinião das partes, o seguinte

Calendário indicativo da fusão	
Data prevista	Evento
Final de março de 2025	Elaboração das contas anuais, incluindo os balanços de fusão da entidade cedente e da entidade beneficiária.
Entre 7 e 11 abril de 2025	Resoluções do Conselho de Administração da Entidade contribuinte que autorizam a Fusão.
Entre 7 e 11 abril de 2025	Aprovação do projeto de fusão e do relatório de fusão membros dos órgãos de direção da entidade contribuidora e da entidade beneficiária.
Entre 7 e 11 abril de 2025	Registo do projeto de fusão executado no Registo Comercial de Bobigny e no Registo Comercial de Madrid. Publicação do acordo de fusão no Jornal Oficial da República Francesa (BODACC) e o jornal Les Echos.
Entre 21 de maio e 27 de maio de 2025	Deliberações de acionistas únicos da Entidade beneficiária que aprovam o projeto de fusão e a fusão.
Entre 21 de maio e 27 de maio de 2025	Publicação do acordo de fusão no BORME (Boletim Oficial de Espanha) e num dos jornais de maior circulação da província de Madrid.
Entre 21 de maio e 27 de maio de 2025	Notarização da fusão em Espanha.
Entre 21 de maio e 27 de maio de 2025	Pedido de emissão do certificado de fusão pela Conservatória do Registo Comercial e das Sociedades de Bobigny.
julho de 2025	Envio do certificado de fusão ao Registo Comercial de Madrid pela Conservatória do Registo Comercial e das Sociedades de Bobigny.
julho de 2025	Inscrição no Comercial de Madrid.
agosto de 2025	Notificação da data de conclusão pelo Registo Comercial de Madrid ao Registo Comercial e de Empresas de Bobigny.
setembro de 2025	Anulação da entidade cedente pelo Registo Comercial e das Sociedades de Bobigny.

ANEXO 9
ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA

ARTIGO 1. - NOME - A Sociedade a denominação de "MULTIASISTENCIA, S.A." e reger-se-á pelos presentes Estatutos e, na sua falta, pelo Real Decreto Legislativo 1564/1989, de 22 de dezembro, pelo qual se aprova o texto revisto da Lei das Sociedades Anónimas e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis em cada momento.

ARTIGO 2 - O objeto social da Sociedade é:

- a) Gerir os pedidos de indemnização que lhe são apresentados por várias companhias de seguros.
- b) A mediação e a gestão das tarefas relacionadas com a execução dos serviços de localização e verificação dos danos confiados no domínio da gestão dos sinistros do seguro de habitação.
- c) Prestar serviços de gestão de assistentes ao domicílio, através da gestão de sinistros através dos seus diversos call centers no âmbito dessa atividade e da realização de tarefas de gestão administrativa.
- d) O desempenho de funções de intermediação e a colocação de todo o tipo de profissionais na área da assistência ao domicílio, reparações, remodelações domésticas (canalização, eletricidade, alvenaria, instalações, pintura, carpintaria, eletrónica, etc.) em contacto com qualquer indivíduo ou entidade pública ou privada que necessite dessas reparações e remodelações domésticas e que contrate os serviços da Empresa.
- e) A prestação de serviços de assistência ao domicílio, reparações e remodelações, através da subcontratação desses serviços aos respectivos profissionais ou empresas que prestam serviços de reparação ou assistência.
- f) A prestação de serviços suplementares ou auxiliares às empresas, quer através dos seus próprios meios, quer através de qualquer pessoa singular ou entidade pública ou privada que os execute, relativamente a quaisquer produtos ou serviços por comercializados. Em particular, os serviços que consistem em oferecer pacotes de benefícios com o objetivo de fidelizar os utilizadores ou empregados das empresas que contratam este serviço à Sociedade.
- g) Intermediação na prestação de extensão de garantias para todos os tipos de produtos, independentemente de terem sido produzidos, criados ou fabricados pela Empresa.
- h) Intermediação e/ou gestão relativamente à prestação de serviços de manutenção de caldeiras instaladas em todo o tipo de imóveis, através de qualquer pessoa singular ou entidade pública ou privada que efectue esses serviços.

Estas actividades podem ser exercidas pela Sociedade, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, através da constituição de novas sociedades, bem como através da detenção de participações noutras sociedades com objeto social idêntico ou semelhante. Se as disposições estatutárias exigirem uma

A sociedade deve possuir uma qualificação profissional ou autorização administrativa, ou inscrição em registos públicos, para o exercício de qualquer uma das actividades constantes do seu objeto social, devendo as mesmas ser exercidas por pessoa que detenha essa qualificação profissional e, se for o caso, não podendo ser iniciadas enquanto não estiverem os requisitos administrativos estabelecidos. Estão, assim, excluídas do objeto social quaisquer actividades cujo exercício esteja sujeito a requisitos legais especiais que não sejam cumpridos pela Sociedade e, em particular, as actividades que a legislação dos mercados de valores mobiliários reserve exclusivamente aos operadores desses mercados.

ARTIGO 3.- SEDE SOCIAL. A sociedade tem a sua sede social em Tres Cantos (Madrid), calle Ronda de Poniente nº 7.

O órgão de administração pode deliberar a mudança de sede da Sociedade, que consiste na deslocação da sede social dentro do mesmo município, bem como a criação, supressão e deslocação de sucursais, agências, delegações, representações e dependências, tanto em Espanha como no estrangeiro.

ARTIGO 4.º - DURAÇÃO. A Sociedade é constituída por tempo indeterminado e iniciará a sua atividade na data de celebração do ato de constituição.

ARTIGO 5º - O capital social é fixado em DOIS CEM NOVENTA E DOIS MIL NOVECIENTOS E TRINTA E NOVE EUROS E QUARENTA E DOIS CÊNTIMOS (EUR 292.939,42), dividido em 45.305 acções nominativas da série A, cada uma com um valor nominal de 6,01 euros, numeradas de 1 a 45.305 e 3.437 acções nominativas da série B, cada uma com um valor nominal de 6,01 euros, numeradas sequencialmente de 1 a 3.437.

As acções de categoria A, ou ordinárias, conferem ao seu legítimo titular a qualidade de acionista, bem como os direitos reconhecidos pela lei e pelos presentes estatutos.

As acções da categoria B conferem ao seu legítimo titular o estatuto de acionista, bem como todos os direitos das acções ordinárias, exceto o direito de voto.

Os titulares de acções sem direito de voto terão direito a receber um dividendo mínimo anual variável igual a cinco por cento do capital realizado por cada acção sem direito de voto.

Todas as acções são nominativas e estão totalmente subscritas e .

A Sociedade pode emitir recibos provisórios e certificados de acções múltiplas nas condições e de acordo com os requisitos estabelecidos na lei. Os certificados de acções devem conter, pelo menos, as referências exigidas por lei.

TRANSFERÊNCIA DE ACÇÕES

ARTIGO 6.º - A transmissão de acções inter vivos ou mortis causa é livre quando efectuada a favor de outro acionista, ou do seu cônjuge, descendentes ou ascendentes.

ARTIGO 7.º - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, quando um acionista pretenda transmitir inter vivos, total ou parcialmente, as suas acções, deverá comunicar o facto ao órgão de administração, de forma devidamente autenticada, indicando as acções que pretende transmitir, a identidade do transmissário, o preço ou valor das acções e demais condições da transmissão.

O órgão de direcção notificará os acionistas desse facto no prazo de quinze dias. No prazo de quinze dias a contar da receção da notificação, os acionistas podem optar por adquirir as acções e, se vários acionistas exercerem esse direito, as acções serão repartidas entre eles de acordo com o número de acções que cada um possui.

Se este prazo decorrer sem que os acionistas exerçam o seu direito de preferência, a sociedade pode optar, nos vinte dias seguintes, por adquirir as acções, cumprindo todos os requisitos e com as consequências previstas na Lei das Sociedades Comerciais.

Se nenhum dos acionistas ou a sociedade manifestarem o seu direito à aquisição das acções, o acionista pode aliená-las no prazo de dois meses a contar do termo do último dos prazos indicados. Se este prazo decorrer sem que a alienação das acções produza efeitos, o processo deve ser recommçado.

Para o exercício do direito de preferência previsto neste artigo, o preço ou valor das acções será, em caso de litígio, o designado pelo revisor oficial de contas da Sociedade ou, na falta deste, o revisor nomeado pelo conservador do registo comercial correspondente à sede social, a pedido de qualquer das partes, se estas não chegarem a acordo sobre a designação do revisor oficial de contas.

ARTIGO 8.º - Sem prejuízo do disposto no artigo 6.º dos presentes estatutos, nas transmissões mortis causa de acções, ou em consequência de processo de execução judicial ou administrativa, os acionistas e a Sociedade têm o mesmo direito de preferência na aquisição, os prazos a partir do momento em que os transmitentes das acções requeiram a sua inscrição no livro de registo de acções nominativas. Em caso de divergência, o preço de aquisição é fixado nos termos do artigo anterior. Se esses prazos decorrerem sem que os acionistas ou a Sociedade exerçam o seu direito, as acções serão inscritas no livro de registo de acções em nome do adquirente mortis causa ou do adjudicatário no processo de execução.

ARTIGO 9.º - DIREITOS REAIS SOBRE ACÇÕES E AQUISIÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS Em todos os questões relacionadas com a compropriedade, o usufruto e os direitos *reais* sobre acções, bem como a própria

regime de aquisição de acções, aplicar-se-á o disposto no Real Decreto Legislativo 1564/1989, de 22 de dezembro, pelo qual se aprova o texto revisto da Lei de Sociedades Anónimas.

ARTIGO 10º - ÓRGÃOS SOCIAIS. Os órgãos sociais são a assembleia geral, enquanto órgão deliberativo supremo que reflecte a vontade social por decisão maioritária nos assuntos da sua competência, e o órgão de gestão, ao qual compete a gestão, administração e representação da Sociedade com os poderes que lhe são atribuídos pela lei e pelos presentes Estatutos.

REUNIÕES DE ACCIONISTAS

ARTIGO 11º - A assembleia de acionistas é o órgão soberano da sociedade, com plenos poderes de mando, podendo ser anual ou extraordinária.

A assembleia geral anual deve realizar-se nos primeiros seis meses de cada ano, a fim de examinar o andamento dos negócios, aprovar, se for caso disso, as demonstrações financeiras do ano anterior e deliberar sobre a distribuição dos lucros ou a afetação dos prejuízos.

As restantes de acionistas têm carácter extraordinário. O órgão de administração deve convocar as assembleias gerais sempre que o considere conveniente no interesse social ou sempre que tal seja requerido por notário em nome de acionistas que representem, pelo menos, cinco por cento do capital social, com indicação dos assuntos a tratar. Neste último caso, a assembleia de acionistas deve ser convocada para se realizar no prazo de trinta dias.

ARTIGO 12º - Todas as assembleias gerais de acionistas devem ser convocadas mediante anúncio publicado no Boletim Oficial do Registo Comercial e num dos jornais de maior circulação da província onde encontra a sede social da sociedade, exceto nos casos de fusão e cisão previstos no artigo 240º da Lei das Sociedades Anónimas.

Em qualquer caso, esta convocatória deve ser enviada antes da data de publicação de qualquer um dos anúncios acima referidos. Pode também indicar, se for caso disso, a data em que a assembleia de acionistas se reunirá em segunda convocação. Entre a primeira e a segunda convocatória deve decorrer um período de, pelo menos, vinte e quatro horas.

Não obstante o que precede, a assembleia de acionistas considera-se convocada e validamente constituída para deliberar sobre qualquer assunto quando estiver presente a totalidade do capital social e os presentes concordarem unanimemente com a realização da assembleia.

ARTIGO 13º - A assembleia geral é validamente constituída em primeira convocação quando os acionistas presentes, pessoalmente ou por procuração, detêm pelo menos 25% do capital subscrito com direito a voto. A assembleia geral é validamente constituída em segunda convocação, independentemente do capital presente.

Para que a assembleia geral, ordinária ou extraordinária, possa deliberar validamente sobre emissões de obrigações, aumentos ou reduções de capital, alteração da forma jurídica, fusão ou da Sociedade e, em geral, sobre qualquer alteração dos estatutos, é exigida, em primeira convocação, a presença, pessoal ou por procuração, de acionistas que detenham, pelo menos, 50% do capital social subscrito e votante. Em segunda convocação, bastará a presença de 25% do capital social subscrito e votante. No caso de estarem presentes acionistas que representem menos de 50% do capital social subscrito com direito de voto, as deliberações só podem ser validamente adoptadas com o voto favorável de dois terços do capital social presente, pessoalmente ou por procuração, na assembleia geral.

ARTIGO 14º - Têm direito a participar nas assembleias gerais os acionistas que tenham inscrito as suas acções no registo de acções nominativas com cinco dias de antecedência em relação à data da assembleia.

Todos os acionistas podem ser representados por procuração, independentemente de serem ou não acionistas, termos previstos nos artigos 106º, 107º e 108º da Lei das Sociedades Anónimas.

ARTIGO 15º - No que diz respeito ao local e à hora da assembleia de acionistas, bem como à presidência da mesma, aplicam-se as disposições da lei. Lista de presenças, direito de informação e ata da assembleia.

Relativamente ao modo de deliberação e adoção de resoluções, devem ser observadas as seguintes regras: Após o termo da constituição válida da assembleia de acionistas, o Presidente dá início à ordem de trabalhos e procede à leitura da ordem de trabalhos. Cada ponto da ordem de trabalhos deve ser tratado separadamente. O Presidente preside ao debate e concede a palavra por ordem solicitação; a votação é feita por braço , exceto se voto for secreto por decisão do Presidente ou a pedido da maioria dos presentes.

ARTIGO 16º - Cada ação tem direito a um voto. As deliberações são tomadas por maioria dos votos, salvo se a lei exigir maioria qualificada, caso em que se aplicam as disposições da Lei das Sociedades Anónimas.

GERIR O CORPO

ARTIGO 17º - A Sociedade será , administrada e representada por um administrador único, que exercerá o seu cargo por um período de seis anos, podendo ser reconduzido por mandatos de igual duração.

ARTIGO 18º - Sem conteúdo.

ARTIGO 19º - Sem conteúdo.

ARTIGO 20º - O órgão de gestão da Sociedade representará a Sociedade, em juízo e fora dele, na forma prevista na lei e nos presentes estatutos.

A representação abrange todas as matérias compreendidas no objeto social e na atividade e comércio da Sociedade, incluindo aquelas que, nos termos da legislação civil ou comercial ou da prática comercial ou bancária, careçam de autorização ou mandato expresse.

Quando não exista uma relação clara entre o ato ou o contrato e o objeto social, o órgão de administração, agindo em nome da sociedade, indicará por escrito, se necessário, a relação existente entre o negócio e o objeto social.

Quando a matéria não se incluir no objeto social ou na atividade da Sociedade, o órgão de administração que a represente fica obrigado, para efeitos internos, a obter autorização prévia da assembleia geral, salvo em casos urgentes que não possam esperar. O órgão de administração responde perante a Sociedade pelos danos que causar, quando esta, apesar da violação dos seus poderes, esteja obrigada perante terceiros nos termos da lei.

ARTIGO 21º - Para todas as questões relativas à responsabilidade dos membros do conselho de administração ou dos administradores, às acções de responsabilidade e à contestação das deliberações do conselho de administração, são aplicáveis as disposições da lei.

ARTIGO 22º - O órgão de administração nomeia e exonera livremente um ou mais administradores delegados ou diretores gerais, indicando as suas obrigações, as garantias que devem prestar, funções e emolumentos. Para efeitos de representação da sociedade, actuarão de acordo com os poderes que lhes forem conferidos.

ARTIGO 23º - REMUNERAÇÃO DOS DIRECTORES REMUNERAÇÃO. O cargo de membro do órgão de direcção não é remunerado.

A direcção geral da Sociedade, ou seja, o cargo de Diretor Geral ou Diretor Sénior da Sociedade, é um cargo ou órgão distinto e subordinado ao conselho de administração, sendo permitida a acumulação, compatibilização e simultaneidade da dupla qualidade de membro do conselho de administração e/ou de Presidente da Comissão Executiva e de Diretor Geral ou Diretor Sénior.

Os membros do órgão de administração que exerçam funções executivas permanentes na Sociedade, independentemente de a relação com a Sociedade ser uma relação de emprego ou de trabalho independente, ou que prestem serviços profissionais à Sociedade, têm direito a receber uma remuneração contratual pelo exercício dessas funções e/ou pela prestação desses serviços, a qual deve estar de acordo com as condições de mercado e com a responsabilidade e funções de cada executivo.

A referida remuneração deve ser totalmente desvinculada e independente da sua posição enquanto membros do órgão de direção.

A remuneração dos membros do órgão de administração que exerçam funções executivas permanentes na Sociedade pode ser composta por: uma componente fixa, proporcional ao trabalho prestado, aos serviços profissionais prestados e à responsabilidade assumida; um complemento variável em função do grau de cumprimento dos objectivos contratualmente fixados; a entrega de acções ou de opções de aquisição de acções da Sociedade e uma indemnização em caso de cessação da relação de trabalho ou de contrato de trabalho independente por parte da Sociedade, que não seja devida a violação das suas funções.

A indemnização a que o Diretor-Geral tem direito em virtude da cessação da sua relação com a sociedade, independentemente de esta ser classificada como uma relação de trabalho ou de trabalho independente, por razões não relacionadas com incumprimento dos seus deveres, é a seguinte (i) se a cessação ocorrer antes de 17 de abril de 2010, a indemnização será o montante resultante da multiplicação da remuneração anual fixa do por 3,33; (ii) se a cessação ocorrer entre 17 de abril de 2010 e 17 de abril de 2015, a indemnização será calculada através da redução do montante resultante da multiplicação da remuneração anual fixa do Diretor-Geral por 3,33, por 100.000 euros por cada ano decorrido entre 17 de abril de 2010 e a data da cessação; (iii) se a cessação ocorrer a partir de 17 de abril de 2015, a indemnização corresponderá à remuneração anual fixa do Diretor-Geral multiplicada por 1,66.

ARTIGO 24º - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS. AUMENTO E REDUÇÃO DAS ACÇÕES CAPITAL. A alteração dos estatutos, o aumento e a redução do capital social reger-se-ão pelo disposto no Real Decreto Legislativo 1564/1989, de 22 de dezembro, pelo qual se aprova o texto revisto da Lei das Sociedades Anónimas.

EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DO EXERCÍCIO, DAS RESERVAS DA EMPRESA, DOS RENDIMENTOS E DA DISTRIBUIÇÃO

ARTIGO 25º - O exercício orçamental tem início em 1 de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

ARTIGO 26º - Os acionistas têm direito a lucros repartidos proporcionalmente às respectivas participações no capital social, uma vez coberta a reserva legal e os demais requisitos legalmente estabelecidos, sem prejuízo da sua afetação a um fundo de reserva voluntário se assim for deliberado pela assembleia geral.

ARTIGO 27º - ALTERAÇÃO DA FORMA JURÍDICA, FUSÃO OU CISÃO DA EMPRESA. A alteração da forma jurídica, a fusão ou a cisão da Sociedade são reguladas

em conformidade com o disposto no Real Decreto Legislativo 1564/1989, de 22 de dezembro, pelo qual se aprova o texto revisto da Lei de Sociedades Anónimas.

ARTIGO 28º - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO. A Sociedade será dissolvida e liquidada pelos motivos e de acordo com os requisitos estabelecidos no Real Decreto Legislativo 1564/1989, de 22 de dezembro, pelo qual se aprova o texto revisto da Lei das Sociedades Anónimas.

ARTIGO 29. - ARBITRAGEM. Todos os litígios societários que surjam entre a Sociedade e o órgão de administração ou os sócios ou entre o órgão de administração e os sócios serão submetidos a arbitragem de equidade no Tribunal Arbitral da Câmara de Comércio da sede da Sociedade que, nos termos do seu Regulamento, terá a seu cargo a direção desta arbitragem e a designação dos árbitros, sendo a sentença arbitral obrigatória.

São excluídas as questões relativamente às quais as partes não podem validamente decidir ou as questões relativamente às quais a lei prevê a competência exclusiva de uma jurisdição específica.

ANEXO 13
RECEBER CERTIFICADOS DE ENTIDADE EM DIA COM AS
OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE SEGURANÇA SOCIAL



Tradução de Conveniência em Inglês

Delegação Especial (Delegación Especial) de MADRID

Divisão de **Grandes Empresas** (*Unidad de Gestión de Grandes Empresas*) MADRID
CL GUZMAN EL BUENO, 139 28003
MADRID (MADRID)
Tel. 915826755

CERTIFICADO

NÚMERO DE REFERÊNCIA: 20251729122

Foi apresentado um pedido de emissão de um certificado que atesta o cumprimento de todas as obrigações fiscais por:

Número de identificação fiscal (N.I.F.): **A82261553** DENOMINAÇÃO SOCIAL: **MULTIASISTENCIA SA**
RESIDÊNCIA FISCAL: **RONDA PONIENTE NUM 7 28760 TRES CANTOS (MADRID)**

Agência Estatal de Administração Tributária (Agencia Estatal de Administración Tributaria),

CERTIFICA: que, de acordo com os dados na posse da Agência Tributária, o requerente acima referido cumpre as suas obrigações fiscais em conformidade com o disposto no Art. 74.1 do Regulamento Geral de Ações e Procedimentos da Administração Tributária e da Inspeção Tributária e de Desenvolvimento de Normas Comuns dos Procedimentos de Aplicação Tributária, aprovado pelo *Real Decreto* 1065/2007, de 27 de julho [2007].

O presente certificado é emitido a pedido do interessado; tem carácter de confirmação POSITIVA e é válido por um período de doze meses a contar da data da sua emissão, salvo se as disposições legais específicas que exigem a apresentação do certificado prescreverem um período de validade diferente. A presente certidão é emitida exclusivamente para os fins acima referidos e não confere quaisquer direitos ou prerrogativas a favor do requerente ou de terceiros, não podendo ser utilizada para invocar a interrupção ou suspensão de prazos de prescrição ou caducidade, nem servir como meio de notificação dos documentos a que potencialmente se refere, sem que o seu conteúdo possa afetar o resultado de eventuais revisões ou investigações subsequentes; também não prevê qualquer dispensa do cumprimento das obrigações decorrentes de medidas de apreensão previamente notificadas aos seus destinatários.

O documento é assinado eletronicamente (lei 40/2015) pela Agência Estatal de Administração Fiscal em 17 de fevereiro de 2025. A autenticidade pode ser verificada por meio do Código Seguro Verificación
GJPBHPZMUU4FBPV
em sede.agenciatributaria.gob.es



O documento é assinado eletronicamente (lei 40/2015). A autenticidade pode ser verificada através do **Código Seguro Verificación (GJPBHPZMUU4FBPV)** em sede.agenciatributaria.gob.es

Tradução de Conveniência em Inglês

CERTIFICADO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE SEGURANÇA SOCIAL

O pedido de emissão de um certificado de cumprimento das obrigações de segurança social foi apresentado por 66870 CESAR HERNANDEZ AGUADO em nome de MULTIASISTENCIA, S.A., (NIF) 0A82261553.

Tesouraria Geral da Segurança Social (Tesorería General de la Seguridad Social)

CERTIFICA: que, de acordo com as informações de que dispõe a Tesouraria Geral da Segurança Social, o requerente acima referido cumpre as suas obrigações em matéria de segurança social.

A presente certidão tem carácter de confirmação POSITIVA; não dá origem a quaisquer direitos ou prerrogativas a favor do requerente ou de terceiros e não pode ser utilizada para invocar a interrupção ou suspensão de prazos de prescrição ou caducidade, nem pode servir como meio de notificação dos documentos a que potencialmente se refere, sem que o seu conteúdo possa afetar o resultado de quaisquer revisões ou investigações subsequentes; também não prevê qualquer dispensa do cumprimento das obrigações decorrentes de medidas de apreensão previamente notificadas aos seus destinatários.

Informação obtida em 27 de fevereiro de 2025 11:32:44

REFERÊNCIA DE VERIFICAÇÃO Código: DOZ7Q-TZRBV-HDNYJ-CZAEI-ZLFTE-EFK7G Data: 27 de fevereiro de 2025 A autenticidade deste documento pode ser verificada na Repartição Eletrónica da Tesouraria Geral da Segurança Social.
--

Escritório Eletrónico: <https://sede.seg-social.gob.es>

Página 1 de 1

Sítio Web: www.seg-social.es